



ESTADOS UNIDOS

Em discurso de inauguração da campanha, Joe Biden acusa Trump de adotar a violência política e associa rival à retórica nazista. Na véspera do terceiro aniversário da invasão ao Capitólio, líder democrata chama o adversário de "desprezível"



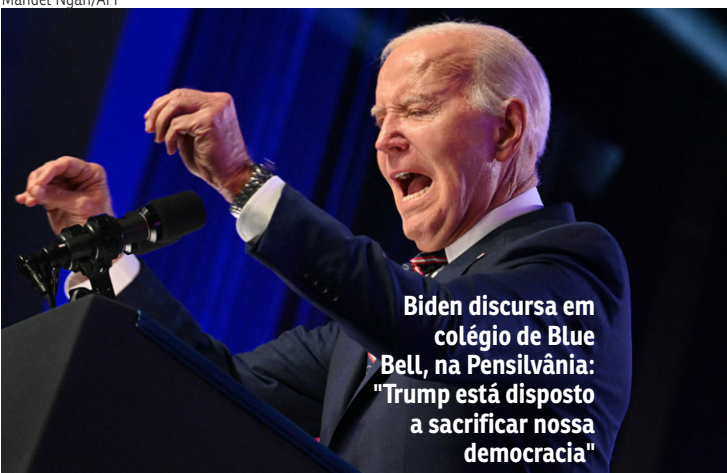
A multidão de simpatizantes de Trump durante a invasão ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021

» RODRIGO CRAVEIRO

A data escolhida por Joe Biden para iniciar a campanha democrata não foi por acaso. A 10 meses das eleições norte-americanas e na véspera do terceiro aniversário da invasão ao Capitólio por uma horda de simpatizantes de Donald Trump, o presidente dos Estados Unidos chamou o antecessor de "desprezível", acusou-o de "colocar uma adaga contra a garganta da democracia" no país e advertiu que o magnata republicano ainda está disposto a sacrificar um dos principais valores da nação.

O atual inquilino da Casa Branca associou Trump à retórica nazista. "Trump fala sobre o sangue dos americanos estar envenenado, ecoando a mesma linguagem usada na Alemanha nazista", declarou Biden — em menção a declarações do republicano sobre migrantes que cruzam a fronteira com o México. Trump reagiu e disse que Biden tenta "incutir medo" no eleitor. Também avisou que as eleições de 5 de novembro serão "a última chance de salvar a América".

O discurso em um colégio de Blue Bell, subúrbio de Filadélfia, na Pensilvânia, foi uma tentativa de Biden de marcar posição e



Biden discursa em colégio de Blue Bell, na Pensilvânia: "Trump está disposto a sacrificar nossa democracia"



Nick Quested (C) filmou ataque ao Congresso, em meio aos Proud Boys

alertar os eleitores sobre os riscos à democracia, no momento em que as pesquisas colocam Trump na dianteira. "Trump viu fraqueza em nossa democracia, eu vi força", assegurou o chefe de Estado. "A questão mais urgente do nosso tempo é se a democracia se mantém ou se a causa sagrada dos EUA. É disso que se trata a eleição de 2024."

Biden também disse acreditar que Trump está obcecado com o passado. "Ele quer sacrificar nossa democracia para se colocar no poder. (...) Trump e seus apoiadores do MAGA (o lema 'Façamos a América Grande Novamente') não apenas abraçam a violência política, mas também zombam dela."

Em 6 de janeiro de 2021, uma quarta-feira, o documentarista

» Nova York pede US\$ 370 milhões de Trump

O Estado de Nova York pediu US\$ 370 milhões (cerca de R\$ 1,8 bilhão) do ex-presidente Donald Trump no processo judicial no qual ele é acusado de inflar artificialmente o valor de suas propriedades, de acordo com documentos do processo divulgados ontem. A quantia exigida é muito maior do que os US\$ 250 milhões (R\$ 1,2 bilhão) que a procuradora-geral de Nova York, Letitia James, tinha anunciado que buscaria quando iniciou o processo em 2022. "Eu não fiz nada de errado. Minhas declarações financeiras são boas e muito conservadoras", reagiu Trump.

não trabalhamos nisso, ela fracassará", advertiu.

Ele lembra que, em 8 de janeiro de 2023, o Brasil seguiu exatamente o mesmo roteiro dos EUA, com os mesmos atores. Quested sublinhou que Steve Bannon, ex-estrategista de Trump, se reuniu com representantes do ex-presidente Jair Bolsonaro para discutir meios de semear dúvida nas eleições de 2022.

Colorado

A Suprema Corte dos EUA concordou ontem em analisar a decisão da Justiça do Colorado de remover Trump das primárias republicanas. A máxima instância do Judiciário norte-americano agendou para 8 de fevereiro a audiência para escutar os argumentos orais. Em 19 de dezembro, a maioria de um tribunal do Colorado considerou que o republicano está desqualificado para ocupar o cargo de presidente por ter se rebelado em 6 de janeiro de 2021.

Na ocasião, a Corte aplicou os termos da 14ª Emenda da Constituição dos Estados Unidos. Em 3 de janeiro, Trump apelou à Suprema Corte para que anulasse a sentença do Colorado. O estado do Maine também bloqueou a participação do ex-mandatário nas prévias presidenciais.

britânico Nick Quested chegou ao Capitólio pouco antes das 10h30 (12h30 em Brasília). Sua intenção era produzir um filme sobre os dois extremos da polarização política nos Estados Unidos. "Os Proud Boys começavam a marcha, descendo pelo National Mall. Imediatamente, peguei a câmera e comecei a filmar. O interessante é que senti que aquele seria um dia muito diferente. Estive com os Proud Boys em outros comícios e, naquela ocasião, todos estavam bastante sérios e mais focados. Não havia piadas. Havia um novo grupo de pessoas que usavam chapéus laranja e eram procedentes do Arizona. Elas estavam particularmente mal-humoradas", contou ao **Correio**, por telefone, ao citar um dos grupos de extrema-direita envolvidos no ataque ao Congresso.

"O que mais me chocou foi o ponto de inflexão, o momento da queda das barreiras que isolavam o Capitólio. Vi Ryan Samsel, um dos membros do Proud Boys, colocar suas mãos em volta de Joe Biggs, outro integrante. Naquele momento, corri e vi que a multidão estava concentrada em derrubar a cerca. Eu podia sentir o peso da massa empurrando, em meio aos gritos e cânticos", relatou o documentarista de 50 anos. Quested admite que a democracia esteve "no limite". "Se Mike Pence tivesse feito o que Trump lhe ordenou que fizesse, teríamos um novo sistema de governo. Se os Proud Boys mantivessem a presença dentro do Capitólio, veríamos o adiamento do processo constitucional e os congressistas teriam sido feitos reféns lá dentro. A democracia é frágil. Se

Conexão diplomática



por Silvio Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Olho na revanche Biden x Trump

O ano começa com uma feira de desafios e oportunidades na frente externa, mas uma data se configura desde já como divisor de águas para a segunda metade do mandato de Lula: a primeira terça-feira de novembro, quando os eleitores norte-americanos irão às urnas para escolher o próximo presidente. Salvo alguma surpresa, ainda que elas se apresentem vez por outra no cenário político, teremos uma revanche de quatro anos atrás.

Desta vez, as posições estarão invertidas. O democrata Joe Biden, desafiante vitorioso em 2020, terá de novo pela frente o republicano Donald Trump, que fracassou na tentativa de reeleição, mas entra com apetite na corrida, decidido a voltar para a Casa Branca. Do ponto de vista dos demais atores internacionais, inclusive o governo brasileiro, a campanha eleitoral nos EUA tem incidência inevitável sobre a ação diplomática da principal potência, em meio a uma conjuntura marcada pelas guerras na Ucrânia e no Oriente Médio, além de crises e focos de tensão espalhados pelo globo.

Pedras no caminho

Três anos de um governo visto como apagado, vacilante no enfrentamento dos problemas domésticos, colocam o atual presidente em desvantagem. Hoje, de acordo com as pesquisas de opinião, ele estaria a caminho de fazer as malas e providenciar a mudança de volta para Delaware.

O bilionário republicano, de sua parte, tem problemas com a Justiça, começando logo pelas primárias de seu partido: foi excluído da disputa nos estados de Colorado e do Maine, embora ambas sejam decisões provisórias. O ex-presidente também responde a processos pela intenção de 6 de janeiro de 2021, quando seus correligionários invadiram o Congresso, determinados a impedir a posse do adversário — que, alegava o derrotado, teria vencido por meio de fraude.

O calendário judicial, porém, deve permitir que ele não apenas dispute a eleição, mas seja empossado, caso vitorioso.

Cara ou coroa

Durante muitas décadas, discutisse por aqui se este ou aquele dos dois

partidos norte-americanos seria mais "favorável" ao Brasil, nas relações bilaterais. Tradicionalmente, os democratas eram vistos como mais protecionistas, pela ligação com a máquina sindical e, por tabela, pelo interesse nos votos dos trabalhadores — chamados por lá de working class. Os republicanos, ao contrário, seriam "duros" nas questões de segurança e defesa, porém mais liberais na pauta comercial.

Os últimos ciclos políticos em Washington, porém, relativizam muito essa classificação. Trump, por exemplo, adotou postura notadamente agressiva na seara do comércio, em particular com a China. Declarou reiteradas vezes que suspenderia o apoio militar e financeiro à Ucrânia no conflito com a Rússia e ensaiou um discurso "isolacionista", mas falou grosso com os aliados europeus da Otan. No entorno das Américas, reforçou a política de sanções contra Venezuela e Cuba — com quem o antecessor, o democrata Barack Obama, tinha reatado relações diplomáticas formais após meio século de gelo.

Biden, que foi vice de Obama, não aletrou uma vírgula sequer no tratamento dispensado à ilha comunista. Tampouco fez algum gesto conciliatório em direção a Pequim. De certa

maneira, parece justificar, até aqui, outro "axioma" sobre a política externa norte-americana, segundo o qual os democratas seriam mais propensos a fazer guerras, como exemplificaria o Vietnã: JFK e Lyndon Johnson enviaram as tropas, retiradas pelo republicano Richard Nixon, que igualmente foi ao encontro de Mao Tsé-tung e estabeleceu relações com a China comunista. Os dois mandatos de George W. Bush, porém, com sua "guerra ao terror", serviram para lembrar que presidentes republicanos não são propriamente pacifistas.

Por essas e outras, ultimamente, a noção que prevalece entre scholars de diferentes origens e orientações é de que, no que diz respeito à política externa, as mudanças de tom e inflexão obedecem mais às circunstâncias: uns e outros respondem aos interesses de Estado dos EUA. Em resumo, republicanos e democratas são duas faces da mesma moeda.

Não é a economia

Entre Biden e Trump, o ponto talvez mais crítico, do ponto de vista do governo Lula, são as conexões políticas de um e outro no Brasil. Trump e seu círculo mais próximo cultivam relações

preferenciais com a extrema-direita, em âmbito mundial. Quando esteve na Casa Branca, o bilionário dos imóveis e hotéis-casinos teve em Jair Bolsonaro um aliado notório. A ponto de o então presidente brasileiro ter endossado as denúncias (infundadas) de fraude eleitoral e resistido a cumprimentar Biden — que, por sua vez, evitou ostensivamente o colega brasileiro, até estender tapete vermelho para Lula, um ano atrás.

Se o diálogo com Washington não tem sido tão fácil, tende a ficar mais travado com o retorno de Trump. Ao longo da campanha nos EUA, uma sequência de eleições, em especial na Europa, terá como pano de fundo a maré montante da extrema-direita. Em março, será a vez de Portugal, onde hoje governa uma instável coalizão liderada pelos socialistas. Em junho, mais do que nunca, o tema será central na disputa pelo Parlamento Europeu. No fim do ano, irão às urnas os britânicos.

Em 1992, quando derrotou George Bush pai, o democrata Bill Clinton fez pouco das comparações do adversário em matéria de experiência com a política externa. Uma frase, atribuída a um assessor de campanha, tornou-se emblemática: "É a economia, estúpido". Em 2024, pela nossa perspectiva, não é.